

# O APAGAMENTO DOS POVOS TRADICIONAIS AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL: DA ESDRAVIDÃO À CONTEMPORANEIDADE

[Artigo Científico]

Kleiton Eduardo Brazão de Melo

Luanda Carolaine Linhares de Oliveira

Lara Ester Batista

Submissão: 09/10/2024

Aprovação: 18/11/2024

## \* SOBRE O AUTOR/A/OS/AS:

- **Kleiton Eduardo Brazão de Melo**

**Graduando de Direito** pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Técnico de nível médio em Nutrição e Dietética. Membro do projeto Direito e História: Comunidades Quilombolas.

- **Luanda Carolaine Linhares de Oliveira**

**Graduanda de Direito** pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Estagiária de direito no Escritório de Dra. Maria de Lourdes Medeiros.

- **Lara Ester Batista**

**Graduanda de Direito** pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Membro do projeto Direito e História: Comunidades Quilombolas.



## **O APAGAMENTO DOS POVOS TRADICIONAIS AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL: DA ESCRAVIDÃO À CONTEMPORANEIDADE**

### **THE ERASURE OF TRADITIONAL PEOPLE THROUGHOUT BRAZILIAN HISTORY: FROM SLAVERY TO CONTEMPORARY TIMES**

**Kleiton Eduardo Brazão de Melo;  
Luanda Carolaine Linhares de Oliveira;  
Lara Ester Batista**

#### **RESUMO**

O artigo aborda sobre o percurso que os povos tradicionais e as pessoas negras no Brasil passaram desde a escravidão até a contemporaneidade, destacando a resistência, diversidade de costumes, assim como suas contribuições históricas para a cultura do país como um todo. Ao longo da história, esses grupos enfrentaram a desumanização da colonização, a escravidão, o apagamento e silenciamento de suas vivências e comportamentos. Entretanto, esse autoritarismo estimulou o sincretismo religioso, tendo como exemplo as práticas de candomblé e da umbanda. A marginalização e a falta de humanidade marcaram suas histórias, mas não só isso, como a forte resistência, as revoltas contra o sistema escravocrata e as lutas por dignidade se persistiram e fortaleceram. Foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados eletrônicas SciELO e Google Acadêmico, assim como pesquisas em livros que abordavam o tema nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa. O estudo discute sobre a importância de representação de seus hábitos e da justiça social, tendo em vista os milênios de apagamento de culturas tão importantes para o nosso país, enfatizando a inclusão como meio de reverter anos de silenciamento. O sincretismo religioso é destacado como uma expressão da resiliência dessas culturas assim como o fortalecimento de suas identidades e a essência delas para uma convivência justa e próspera.

**Palavras-chave:** Escravidão; Sincretismo religioso; Justiça social.

#### **ABSTRACT**

This article approaches the percourse that traditional and black people in Brazil went through from slavery to contemporaneity highlighting the resistance, diversity of customs, and their historical contribution to the country. Throughout history, these groups went through the dehumanization of colonization and slavery,

and their living and behavior were erased and silenced. Nevertheless, this authoritarianism stimulated religious syncretism as such candomblé and umbanda practices. Not only did the lack of humanity and the marginalization mark their history, but their strong resistance, rebellions against the slavery-based regime, and fights for dignity persisted and became stronger. Bibliographic research was made based on virtual databases such as SciELO and Academic Google and research in books that approached the theme in English, Spanish, and Portuguese. The study discusses the importance of representation about their habits and social justice, taking into consideration the cultural erasure of millennials so important to our country, emphasizing inclusion as a way to reverse years of silencing. Religious syncretism is highlighted as an expression of cultural resilience such as their identity empowerment and their essence to prosperity and fair convivence.

**Key-words:** Slavery; Religious syncretism; Social justice.

## 1. INTRODUÇÃO

A trajetória do povo negro vem sendo analisada ao longo dos anos sob a perspectiva da escravidão e a contribuição cultural que trouxe ao Brasil. A escravidão é um dos capítulos mais sombrios da história da humanidade, deixando cicatrizes profundas nas sociedades afetadas por essa prática desumana. A chegada dos colonizadores portugueses ao território que viria a se chamar Brasil marcou o início de graves atos de violência contra diversos grupos populacionais, especialmente os povos indígenas nativos e as muitas etnias africanas trazidas como força de trabalho escravo e privadas de seus direitos essenciais.

Este texto se propõe a investigar a história da escravidão dos povos tradicionais no Brasil, destacando as diferenças entre esses dois grupos e o papel do colonialismo europeu na imposição desse sistema opressivo. Além disso, o presente artigo tem a pretensão de examinar os efeitos sociais e culturais que a escravidão trouxe para os povos tradicionais, ressaltando como as estruturas familiares, as dinâmicas comunitárias e as expressões culturais foram afetadas. Nesse contexto, também será abordado sobre as maneiras de resistência que surgiram durante esse período, desde revoltas armadas até formas mais sutis de contestação que desafiaram o estado das coisas.

O Brasil não é apenas uma simples etnia; o país representa uma etnia nacional, um povo-nação, assentado em seu próprio território e governado por um único Estado para cumprir seu destino. Diferente da Espanha, na Europa, ou da Guatemala, na América, que são sociedades multiétnicas regidas por Estados unitários e frequentemente dilaceradas por conflitos interétnicos, os brasileiros formam uma única etnia nacional. Isso resulta em um povo coeso incorporado em uma nação unificada, dentro de um Estado uniétnico. A única exceção são as múltiplas microetnias tribais, tão pequenas e soltas que sua existência não interfere

no destino nacional (RIBEIRO, 1995).

A preservação da história dos povos escravizados é outro aspecto significativo a ser levado em conta, com ênfase no sincretismo religioso como uma forma de resistência cultural. Por último, é importante refletir sobre o legado da escravidão na sociedade contemporânea, examinando suas repercussões nas desigualdades sociais atuais, no racismo estrutural e na formação da identidade cultural. Ao olharmos para o futuro, discutiremos a importância das reparações históricas e da educação sobre a escravidão como ferramentas fundamentais para promover a conscientização e preservar as culturas diversificadas dos povos indígenas e afro-brasileiros.

Assim, este texto busca não apenas entender os efeitos devastadores da escravidão, mas celebrar as formas de resistência que surgiram diante dessa adversidade histórica.

## **2. HISTÓRICO DA ESCRAVIDÃO INDÍGENA E AFRICANA NO BRASIL**

A escravidão no Brasil foi estabelecida nas primeiras décadas da colonização e ocorreu nos anos 1500, quando os portugueses implementaram o sistema das capitanias hereditárias e iniciaram o processo de colonização da América Portuguesa. Até aquele momento, a relação de trabalho utilizada pelos portugueses baseava-se no escambo com os indígenas na exploração do pau-brasil (RIBEIRO, 1995).

A partir dos anos 1500, os portugueses instauraram as capitanias hereditárias, e, com isso, passaram a estimular o cultivo de cana-de-açúcar e o desenvolvimento de engenhos para a produção de açúcar. Como essa era uma atividade complexa que demandava mão de obra, os portugueses encontraram na escravidão a solução para a escassez de trabalhadores – uma vez que eles próprios não desejavam realizar o trabalho árduo. Assim, o primeiro grupo a sofrer com a escravização foi o dos indígenas.

Até meados dos séculos XVII, os indígenas foram a principal fonte de trabalho escravo para os portugueses, quando os escravos africanos começaram a superar em número (SCHWARTZ, 2018). A escravização dos nativos era mais viável para os colonos, mas enfrentava complicações culturais, já que os indígenas não estavam habituados ao trabalho contínuo exigido pelos europeus. Além disso, padres jesuítas viam os indígenas como potenciais convertidos ao catolicismo, o que gerava conflitos com os colonos que desejavam escravizá-los sem restrições.

As tensões entre colonos e jesuítas eram comuns, com bandeirantes frequentemente atacando missões para capturar indígenas. A pressão dos jesuítas levou à proibição da escravização indígena em 1570, embora essa prática conti-

nuasse, principalmente em áreas menos prósperas. Outro fator limitante era a vulnerabilidade dos nativos a doenças, que dizimaram suas populações durante a colonização.

Os indígenas, conhecidos como “negros da terra”, eram significativamente mais baratos do que os africanos: em 1570, um indígena custava cerca de 7 mil-réis, enquanto um africano custava cerca de 20 mil-réi (SCHWARTZ, 2018). Embora os indígenas tenham sido a principal força de trabalho até o século XVII, a economia açucareira favoreceu a entrada de africanos nas regiões, como Pernambuco e Bahia.

Os nativos foram a principal força de trabalho escrava dos portugueses até aproximadamente o século XVII, quando começaram a ser superados em quantidade pelos escravos africanos. A escravização de um nativo, em comparação com um africano, era muito mais viável para os colonizadores portugueses, mas uma série de questões tornava essa prática mais complexa.

Primeiramente, havia a questão cultural, uma vez que os indígenas não estavam habituados à ideia de trabalho contínuo para a produção de excedente, que fazia parte da cultura europeia. Ademais, os nativos eram percebidos pelos padres jesuítas como um rebanho em potencial a ser convertido ao catolicismo. Isso criava um grande impasse, pois os colonos desejavam escravizar os indígenas sem restrições, enquanto os jesuítas impunham barreiras a essa prática.

Os conflitos entre colonos e jesuítas eram frequentes, e era comum que bandeirantes atacassem as missões jesuíticas para sequestrar os índios ali instalados e revendê-los como escravos. De qualquer forma, a pressão dos jesuítas contra a escravização dos indígenas poderia gerar diversos problemas legais para os colonos que não os escravizavam em situações de “guerra justa”.

A insistência dos jesuítas junto à Coroa para proibir a escravização dos nativos culminou em uma Lei que vetava essa prática em 1570. Intitulada de “Lei sobre a Liberdade dos Gentios”, instituiu um dos pilares da política indigenista portuguesa, afirmando a liberdade de todos os povos tradicionais, com exceção daqueles que eram considerados inimigos envolvidos em resistência armada, conhecidos como “Guerra Justa”.

Entretanto, apesar da legislação, os indígenas continuavam sendo escravizados, pois haviam brechas na lei para que isso acontecesse, já que a extinção afetaria a produção açucareira, o que reduziria lucros. Dessa forma, a exploração da mão de obra ainda existiu, especialmente em regiões onde a economia não era tão próspera e o número de africanos trazidos era reduzido.

De certa forma, havia uma preferência dos colonos pelos escravizados vindos da África. A escolha pelos negros africanos também tinha base em um fator difícil de estimar, mas igualmente importante, que seria a crença de que os indí-

genas eram naturalmente inconstantes. Essa ideia foi compartilhada desde cedo entre colonos e até mesmo missionários. A mudança das populações indígenas do Brasil era vista como instável devido à facilidade com que aceitavam uma nova fé ou religião, e, em seguida, as abandonaram.

Além disso, apresentavam pouca disposição para o trabalho e uma grande indolência. Os missionários enfrentaram grandes desafios para promover o amadurecimento religioso dos índios, e essa dificuldade se somava à frustração dos colonos, que esperavam um desempenho melhor dos indígenas nos engenhos de açúcar e nas lavouras.

Os africanos negros eram os favoritos dos grandes donos de terra, que reconheciam a ideia de que ainda não poderiam dispensar os indígenas. Portanto, ao contestar a primeira lei que declarava sua liberdade no Brasil (1570), que entre outras coisas baniu a captura por meio do controverso sistema de resgates, os colonos solicitaram ao rei D. Sebastião que anulasse a legislação e permitisse que os ameríndios fossem tratados sob as mesmas regras que autorizam a obtenção de escravos na África, pedindo assim uma equiparação jurídica inferior.

### **3. IMPACTOS SOCIAIS, CULTURAIS E RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO**

A resistência dos escravos no Brasil, que perdurou por mais de 300 anos, foi uma resposta ativa à brutalidade da escravidão. Historicamente, essa resistência não se limitou às tentativas de abolir a escravidão, mas também serviu como uma estratégia de barganha no cotidiano dos escravos. As revoltas tinham o objetivo de corrigir abusos e reduzir a opressão imposta pelos senhores.

Contrariando a ideia de aceitação passiva, os escravos se organizaram em diversas formas de resistência, como fugas, revoltas contra feitores e senhores, recusa ao trabalho, e a formação de quilombos. Desde o embarque nos navios negreiros, os africanos mostraram resistência, com revoltas frequentes que levavam os traficantes a adotar medidas para minimizá-las.

Os historiadores destacam que os africanos eram geralmente mais combativos do que os escravos crioulos, devido ao seu histórico de conflitos. Contudo, ambos os grupos se rebelaram ao longo da história brasileira, evidenciando uma luta contínua contra a opressão.

Não obstante, dando ênfase aos conflitos protagonizados pelos escravizados, pode-se citar uma revolta que ocorreria na Bahia em 1807, mas que foi reprimida antes de se iniciar. Essa insurreição foi descoberta em maio de 1807, e os escravos que se rebelaram tinham a intenção de dominar a cidade de Salvador (REIS, 2018). Ademais, entre os planos dos escravos estava o ataque às igrejas católicas e a destruição de imagens dos santos.

Essa revolta foi idealizada por escravos haussás, que também pretendiam estabelecer um líder muçulmano no poder. Também na Bahia, em 1814, outra revolta violenta foi realizada pelos africanos, na qual os insurgentes reunidos em um quilombo dirigiram-se às fazendas da região para se encontrar com escravos que os aguardavam. Em seguida, passaram a devastar tudo o que encontravam pelo caminho, incluindo uma vila chamada Itapuã. Foram reprimidos posteriormente, e alguns dos envolvidos foram executados (REIS, 2018).

Outra revolta que estava sendo articulada pelos escravos, mas que acabou sendo descoberta e severamente reprimida, foi a que ocorreu em Campinas, em 1832. Na ocasião, as autoridades descobriram que uma grande insurreição de escravos estava prestes a acontecer em 15 grandes propriedades da região. Nessa revolta, os escravos planejavam assassinar seus senhores para conquistarem sua liberdade.

Além disso, é importante destacar as fugas, que eram uma estratégia utilizada pelos escravos, podendo ser individuais ou coletivas. As fugas individuais eram mais difíceis, pois o fugitivo precisava se esconder na mata e sobreviver. Muitos buscavam grandes quilombos já existentes. No século XIX, as fugas individuais se tornaram comuns, com escravos se instalando em cidades grandes como Salvador e passando por libertos. Esse tipo de resistência foi frequente nas décadas de 1870 e 1880, impulsionada pelo fortalecimento do movimento abolicionista.

Os escravos eram motivados a fugir, muitas vezes incentivados por outros fugitivos ou membros de associações abolicionistas que ofereciam apoio. Nesse contexto, o historiador Walter Fraga defende que, durante a década de 1870, as fugas foram encorajadas na tentativa de acionar as autoridades para medir conflitos com seus senhores. Walter Fraga cita que nessas fugas os escravos “recorriam às autoridades policiais para pedir proteção nas disputas judiciais, interditar a venda [...] de parentes, mediar conflitos com os senhores e denunciar maus-tratos” (FRAGA, 2014. p. 47).

#### **4. PRESERVAÇÃO CULTURAL, SINGRETISMO RELIGIOSO E O LEGADO DA ESCRAVIDÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Durante o processo de colonização do Brasil, percebemos que a utilização dos africanos como mão de obra escrava estabeleceu um vasto leque de inovações em nosso panorama religioso. Ao chegarem aqui, os escravizados de diversas regiões da África traziam consigo várias crenças que se alteraram no contexto colonial. De modo geral, o contato entre nações africanas distintas promoveu a troca e a disseminação de um grande número de divindades.

Diante dessa circunstância, a Igreja Católica se encontrava em um delicado dilema ao representar a religião oficial do território colonial. Em algumas ocasiões, os clérigos tentavam reprimir as expressões religiosas dos escravizados e lhes impor o modelo cristão. Em outras situações, preferiam ignorar os cantos, batuques, danças e orações que ocorriam nas senzalas. Diversas vezes, os negros organizavam intencionalmente suas manifestações em dias santos ou durante outras festividades católicas.

Sob a perspectiva dos representantes da elite colonial, a liberação das crenças religiosas africanas era vista de forma positiva. Ao preservarem suas tradições religiosas, muitas nações africanas alimentavam as antigas rivalidades contra outros grupos de africanos afetados pela escravidão. Com a manutenção dessa “hostilidade”, a organização de fugas e revoltas nas fazendas poderia reduzir sensivelmente.

A participação dos negros nas manifestações de origem católica poderia, no primeiro momento, sugerir que eles haviam se convertido e perdido sua identidade. Entretanto, muitos escravos, apesar de se identificarem como cristãos, mantiveram a crença nos orixás, voduns e inquices de suas terras natais. Com o tempo, essa coexistência de crenças possibilitou a formação de novas práticas religiosas no Brasil, incorporando elementos africanos, cristãos e indígenas (RAMOS, 1942).

É a partir dessa circunstância que conseguimos entender por quê diversos santos católicos correspondem a certas divindades de origem africana. Ademais, podemos perceber como vários dos deuses africanos transitam por religiões diferentes. Atualmente, não é muito difícil encontrar alguém que professe uma determinada fé, mas que também se identifique ou frequente outras.

Dessa maneira, notamos que o desenvolvimento da cultura religiosa brasileira foi claramente influenciado por uma série de negociações, intercâmbios e incorporações. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que podemos observar a presença de equivalências e semelhanças entre os cultos africanos e as outras religiões consolidadas no Brasil, também temos um conjunto de particularidades que definem diversas distinções. Por fim, o sincretismo religioso acabou formando uma experiência cultural única.

## **5. RESISTÊNCIA E RENASCIMENTO: PERSPECTIVAS FUTURAS PARA OS POVOS TRADICIONAIS**

Ao longo da história brasileira, o apagamento dos povos originários – desde o período colonial até a contemporaneidade – traz à tona a urgente necessidade de reavaliar e valorizar tais culturas. As perspectivas para o futuro devem se base-

ar em um compromisso coletivo com a evolução e concretização dos direitos dos povos tradicionais onde inclui suas línguas e a preservação delas, seus costumes e modo de vida. Essas iniciativas, que visam a inclusão social e o fortalecimento da identidade cultural, são essenciais para assegurar a prosperidade dessas comunidades nas gerações futuras.

No início do século XX, a questão indígena não recebia um tratamento significativo ou a atenção merecida para ser levada em conta como um problema social ou político, mas estava enredada nos conflitos econômicos relacionados à posse de terras. A Constituição de 1891 apenas mencionava de forma superficial o possível reconhecimento de terras anteriormente reconhecidas pela Coroa portuguesa. Os povos tradicionais continuavam a ser vistos como um obstáculo ao progresso nacional e um problema para o desenvolvimento do país.

Depois de denúncias internacionais sobre a situação dos indígenas e trabalhadores rurais brasileiros, foi criado, no ano de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), que em 1918 se renomeou em Serviço de Proteção aos Índios, o SPI. Devido às dificuldades da primeira versão do órgão em atender às amplas demandas de diversos grupos sociais, o SPI passou a focar exclusivamente nas questões indígenas. Os povos tradicionais começaram a ser vistos como “dignos de conviver em comunhão nacional”, embora persistisse a percepção de inferioridade cultural e “evolutiva”. Considerados infantis, “necessitariam da tutela do Estado, que teria a responsabilidade de lhes proporcionar condições para evoluir a um estágio cultural e econômico superior, para então se integrarem à nação” (GOMES, 2012. p. 92-93).

A Constituição de 1934 é a primeira a apresentar um escrito contra a alienação de terras indígenas “[...] será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las” (GOMES, 2012. p. 96).

Em consonância, estes povos ainda precisam resistir na década XXI. Os 305 povos que representam os 896.917 indígenas registrados pelo Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — que constituem apenas 4% da diversidade pluriétnica do Brasil — são sobreviventes do sofrimento infligido aos seus antepassados ao longo da história indígena na América Latina. É importante lembrar que estes povos são vítimas cada vez mais de discriminação, principalmente após o governo do ex-Presidente da República Jair Bolsonaro (2018-2022), o qual violou tratados internacionais e ameaçou a população indígena.

Ademais, abordar e discutir acerca da luta pela vida em relação aos povos originários é promover a política indígena. Essa luta envolve um processo de resistência cultural e sobrevivência contra a persistência da necropolítica e da retórica do ódio. Focar exclusivamente na política da destruição pode obscurecer

o combate que ocorre no campo estético-político, como artes plásticas, músicas, literatura, entre outros.

Nesse contexto, conforme destaca a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1992), é essencial reconhecer e valorizar a política indígena, impulsionada pelos gestos de resistência que, cada vez mais, ocupam espaços anteriormente interditados e alcançam uma repercussão internacional. O antropólogo Viveiros de Castro (2019) discute que os povos indígenas necessitam de representantes que possam falar, em nome da coletividade. Nesse sentido, é importante destacar dois gestos políticos recentes que abriram brechas na lógica de ganância do Estado e na sua omissão em relação aos direitos dos povos originários. O primeiro caso refere-se a uma liderança que atua há muito tempo, influenciada pelo debate internacional sobre mudanças climáticas e preservação ambiental em prol de um futuro sustentável para o planeta. Essa liderança é do cacique Caiapó Raoni Metuktire.

Quanto ao segundo gesto político, é importante ressaltar o ocorrido em 9 de agosto de 2021, quando uma equipe de advogados indígenas, em união com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), apresentou uma denúncia ao Tribunal Penal Internacional (TPI), acusando o presidente de genocídio e crimes contra a humanidade (extermínio, perseguição e outros atos desumanos). Representando os indígenas brasileiros, eles solicitaram que a procuradoria do TPI, em Haia, na Holanda, investigasse os crimes cometidos contra os povos indígenas desde o início do mandato presidencial, em janeiro de 2019, destacando o genocídio ocorrido durante a pandemia de Covid-19.

Entretanto, é importante ressaltar outras ações que são cabíveis para a representação dos povos tradicionais. Um caminho promissor para prosperar as culturas e a educação intercultural, que serve de contribuição para a conscientização sobre a importância da origem, dos saberes tradicionais e sua relevância no contexto da sociedade vigente. Além disso, políticas públicas efetivas que assegurem a terra e os recursos naturais são fundamentais para garantir a autonomia e a dignidade desses povos.

A consolidação das redes de apoio, tanto dentro do contexto nacional quanto internacional, pode possibilitar visibilidade e voz a essas comunidades, ajudando a combater a marginalização e o preconceito. Esse reconhecimento das práticas sustentáveis e do conhecimento dos ancestrais pode oferecer soluções inovadoras para obstáculos contemporâneos ambientais, colocando os povos tradicionais como protagonistas na construção de um futuro justo e sustentável.

Logo, ao analisar o futuro, é categórico que a sociedade brasileira se comprometa com o processo de reparação e inclusão. Reconhecendo a grande diversidade cultural que compõe a nação e assegurando que os povos originários

ocupem o lugar que lhes é devido na sociedade e sua importância de seu reconhecimento na história.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, diante desta análise, a escravidão no contexto nacional não se revela apenas os horrores e a forma desumana que os povos africanos e indígenas foram tratados, mas mostra a resistência e resiliência que essas comunidades precisaram ter para passar por milênios frente à opressão. Desde as primeiras décadas da colonização até a era da contemporaneidade, a luta por dignidade, ter sua cultura resguardada, a liberdade de seu povo, são manifestadas de inúmeras maneiras, e a reflexão de como as interações sociais e religiosas e suas complexidades moldaram a identidade do país. A formação dos quilombos, suas lutas, revoltas e sua resistência, assim como o sincretismo religioso demonstram que, apesar da desumanização do movimento escravista, houve uma constante busca por autonomia e reconhecimento dos próprios povos.

A princípio, o sincretismo religioso no Brasil serve de exemplo acerca da capacidade de resistência e adaptação das culturas indígenas e negras ao longo da história. A união de diferentes crenças e rituais não só ilustram a riqueza cultural, mas reafirma a grande necessidade de reconhecer e preservar essas tradições. Apreciar e respeitar a diversidade religiosa e cultural é de suma importância para que se construa uma sociedade mais justa e inclusiva. As culturas e raízes indígenas e negras, com suas práticas, conhecimentos e espiritualidades, fortalecem o tecido social brasileiro e nos levam a refletir sobre nossa identidade e herança comum. Valorizar essas culturas, em última instância, é valorizar a essência do Brasil.

Atualmente, as raízes desse passado histórico ainda se entrelaçam com a sociedade, deixando evidenciado de que ainda se faz necessária, urgentemente, a inclusão e reparação dos povos originários que foram e são tão renegados e silenciados. A valorização das diversas culturas existentes no Brasil é essencial para a construção e prosperidade de uma sociedade mais inclusiva, justa e solidária. A criação, manutenção e vistoria de políticas públicas juntamente com uma educação intercultural são caminhos fundamentais para garantir que essas comunidades possam continuar prosperando suas culturas e que também possam contribuir positivamente para o futuro do corpo nacional. O reconhecimento da diversidade cultural como um patrimônio coletivo é imprescindível para a construção de uma identidade nacional inclusiva, verdadeira, fiel às suas origens, onde os grupos étnicos ocupem o lugar que lhes é devido por direito, por justiça e por história.

## REFERÊNCIAS

Brito Filho JC. Trabalho decente: análise jurídica da exploração do trabalho-trabalho escravo e outras formas de trabalho indigno. São Paulo/SP, Ltr., 2013.

DA SILVA, Deise Patrícia Ribeiro; DE CARVALHO, Felipe Rodolfo. O TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NO BRASIL: DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. **TCC-Direito**, 2018.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon. **V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. "REVOLUÇÕES NAS AMÉRICAS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO"**. **Anais... Londrina**, p. 216-232, 2013.

FAUSTO, Boris et al. **história do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FERREIRA, Fred IS. A questão racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: breve discussão, perspectivas e desafios. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. "Revoluções nas Américas: presente, passado, futuro"**, p. 58-74, 2013.

FRAGA, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 43.

FRAGA, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 47

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos/Remanescentes de Quilombos. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 367.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes Limitada, 2019.

GOMES, Mércio Pereira. Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2022.

LEAL, João. Tematizações do sincretismo na antropologia das religiões afro-brasileiras (1930-1940). **Sociologia e Antropologia**, Sociologia & Antropologia, v. 11, p. 623-649, 2021.

LEÃO, Luís Henrique da Costa et al. A erradicação do trabalho escravo até 2030 e os desafios da vigilância em saúde do trabalhador. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5883-5895, 2021.

MARCOCCI, Giuseppe. Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada. Teorias e modelos de discriminação no império português (ca. 1450-1650). **Tempo**, v. 16, p. 41-70, 2011.

PLACERES, Giulliano; BATISTA, Breno Minelli. O candomblé e a umbanda como formas de resistência da identidade cultural negra no Brasil. In: **Anais [...] XXXI Congresso Alas Uruguay**. 2017.

RAMOS, Arthur. A aculturação negra no Brasil. **Brasiliana**, 1942.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

REIS, João José. Revoltas escravas. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 392.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: **Companhia das letras**, 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 216

SILVA, Daniel Neves. “Escravidão no Brasil: formas de resistência”; Brasil Escola. <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/a-resistencia-dos-escravos.htm>. Acesso em 08 de outubro de 2024.

SOUSA, Rainer Gonçalves. “As religiões afro-brasileiras e o sincretismo”; Brasil Escola. <https://brasilescola.uol.com.br/religiao/as-religioes-afrobrasileiras-sincretismo.htm>. Acesso em 08 de outubro de 2024.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**. São Paulo, Melhoramentos, 1975 (1857-60), tomo I, p. 345.